



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE CONSELHO CONSTITUCIONAL

Relatório de actividades desenvolvidas pelo Conselho Constitucional no período entre 2003 e 2008

(Aprovado em sessão plenária do CC de 13.10.08)

I. INTRODUÇÃO

O presente documento relata as actividades desenvolvidas pelo Conselho Constitucional (CC), órgão de soberania criado formalmente pela Constituição da República de Moçambique em 1990, ao qual compete especialmente administrar a justiça em matéria de natureza Jurídico-Constitucional.

O CC iniciou o seu funcionamento efectivo em finais de 2003, após a aprovação da sua Lei Orgânica, a Lei nº 9/2003, de 22 de Outubro, facto que ocorreu treze anos depois da sua consagração constitucional como órgão de soberania.

O relatório fornece dados que dão conta da evolução e desenvolvimento do Conselho Constitucional, nesse período de cinco anos do seu funcionamento, e em alguns casos aponta as dificuldades, bem como as soluções que foram encontradas para supera-las.

Embora tenha como fonte os relatórios anuais de 2005, 2006, 2007 e as actividades desenvolvidas até Setembro de 2008, este documento não pode ser visto como o

somatório desses relatórios, mas sim como uma síntese que teve neles um forte suporte documental.

Não existe relatório escrito das actividades desenvolvidas pelo Conselho entre Novembro de 2003 e Dezembro de 2004, devido sobretudo à falta de capacidade em termos de recursos humanos na instituição nesse período, pois além dos Juizes-Conselheiros, o CC não dispunha ainda de pessoal no Secretariado, que tivesse a responsabilidade de elaborar tal documento. Esta situação começou a mudar com a nomeação e início de funções do Secretário-Geral, em Outubro de 2005.

Assim, o relatório refere-se às principais áreas de actividades do Conselho Constitucional, como sejam, a actividade principal, infra-estruturas, recursos humanos, administração, finanças e cooperação internacional.

Obedecendo a essa estrutura por áreas de actividades, procede-se, em seguida, à análise evolutiva das actividades do Conselho Constitucional.

II. ACTIVIDADE PRINCIPAL DO CONSELHO CONSTITUCIONAL

As competências do Conselho Constitucional estão estabelecidas no artigo 244 da Constituição da República e no artigo 6 da Lei Nº6/2006, de 2 de Agosto (Lei Orgânica). A actividade principal do CC consiste no exercício dessas competências, tomando decisões sobre os vários pedidos que dão entrada nesta instituição.

Assim, entre Novembro e Dezembro de 2003, o CC realizou seis (6) sessões plenárias e produziu doze (12) deliberações.

Em 2004, o CC realizou sessenta e três (63) sessões plenárias e produziu dezanove (19) deliberações.

Em 2005, o CC realizou cinquenta e uma (51) sessões plenárias e produziu cinco (5) deliberações e dois (2) acórdãos.

Em 2006, o CC realizou trinta e três (33) sessões plenárias e produziu cinco (5) deliberações e um (1) acórdão.

Ainda em 2006, o CC tomou decisões e/ou posicionamento na sequência de apreciação que fez dos seguintes processos:

1. A nova Lei Orgânica do Conselho Constitucional (Lei Nº 6/2006, de 2 de Agosto);
2. Regulamento interno sobre a licença anual dos Juízes Conselheiros do Conselho Constitucional;
3. Deliberação sobre o Traje profissional dos Juízes-Conselheiros do Conselho Constitucional;
4. Deliberação sobre o cartão de identificação oficial dos Juízes Conselheiros do Conselho Constitucional (Deliberação Nº 1/CC/2006 de 30 de Novembro);
5. Proposta de Lei Orgânica do Ministério Público e do Estatuto dos Magistrados do Ministério Público;
6. Proposta da Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais;
7. Anteposta da Lei do Acesso à Justiça e ao Direito;
8. O documento sobre a Visão da Justiça em Moçambique;
9. A Anteposta da Lei Orgânica dos Tribunais Comunitários;
10. Projecto da Carta Africana sobre a Democracia, as Eleições e Governação.

Em 2007, o CC realizou cinquenta e cinco (55) sessões plenárias e produziu oito (8) acórdãos e uma (1) deliberação.

Até Setembro de 2008, o CC realizou trinta e cinco (35) sessões plenárias e produziu sete (7) acórdãos.

III. INFRA-ESTRUTURAS

A criação de infra-estruturas para o funcionamento normal do Conselho Constitucional sempre esteve no centro das prioridades desta instituição. Com efeito, quando o CC iniciou as suas funções, em Novembro de 2003, não dispunha de condições mínimas, em termos de instalações, o que significou que tivesse que encontrar acomodação provisória e a título, por vezes, oneroso para os seus escritórios, junto de outras instituições.

Foi assim que entre 2003 e 2005, o CC realizou algumas sessões de trabalho nas instalações da Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, antes de se transferir para o Centro Internacional de Conferencias Joaquim Chissano e mais tarde para o actual endereço, na Rua Mateus Sansão Muthemba, Nº 493.

Embora as instalações da Mateus Sansão Muthemba tivessem sido afectas pelo Estado ao CC com carácter de permanência, não ofereciam condições adequadas para o seu funcionamento, por duas razões principais, nomeadamente, o facto delas não terem sido concebidas para escritórios e serem demasiado pequenas para acomodar o elenco de Juízes Conselheiros e restante pessoal.

A solução que veio a ser encontrada para minimizar o impacto negativo desta situação foi a reabilitação, ampliação e transformação dessas instalações, o que

veio a acontecer no período entre Dezembro de 2006 e Outubro de 2007. Durante o período da execução do projecto, o CC esteve em instalações arrendadas provisoriamente, na Avenida Julius Nyerere, Nº4, por um período de 12 meses, tendo regressado para a sua sede e inaugurado as novas instalações, em Novembro de 2007.

No dia 7 de Novembro de 2008 termina o período de 12 meses da entrega provisória do edifício, durante o qual o dono da obra deve proceder ao levantamento dos possíveis defeitos e fazer as observações que careçam de correcção pelo empreiteiro, antes da entrega definitiva ao respectivo dono. Como acontece em obras desta envergadura, o nosso edifício apresenta vícios que precisam de ser atendidos, alguns com carácter de urgência, mas todos eles foram já notificados ao empreiteiro, através dos fiscais da obra. Embora não satisfeitos com o ritmo em que tais vícios têm sido atendidos por parte de quem os devia, tudo indica que os mesmos serão sanados, a tempo de se efectuar a vistoria final que deve anteceder a entrega definitiva, na data acima referida.

Terminada esta fase, seguiu-se a do apetrechamento do edifício, obedecendo a um processo faseado e de prioridade estabelecido na instituição. A título de exemplo, o apetrechamento realizado até ao momento, incluiu a compra de mobiliário para quase todos os gabinetes e a biblioteca, a aquisição do equipamento informático, a colocação de estantes na casa forte ou cofre e no armazém, cortinado na sala de sessões e colocação de persianas, em todos os gabinetes de trabalho.

IV. RECURSOS HUMANOS

Admissão de pessoal

Em 2003 e excluindo os Juízes-Conselheiros e os respectivos ajudantes de campo, vulgo, ADC's, por serem quadros do Ministério do Interior, o CC contratou quatro (4) trabalhadores, nomeadamente, um(1) Escrivão que prestou serviço a título de empréstimo na tramitação processual, três (3) motoristas protocolares para o Presidente do Conselho e Juizes-Conselheiros.

Em 2004, o Conselho contratou doze (12) trabalhadores, nomeadamente, uma Secretária para o Venerando Presidente, um quadro da Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane para a Administração e Finanças, uma Recepcionista, um Técnico para a Reprografia, um Técnico Informático, um Técnico para Execução Orçamental, um Servente, um Jardineiro e três(3) motoristas protocolares.

Em 2005, o CC contratou três(3) trabalhadores, designadamente, um (1)quadro reformado do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, que em regime de avença, prestou serviço no Departamento para a Administração e Finanças (DAF), uma(1) Secretária que apoiava os Juizes-Conselheiros, em matéria do secretariado e protocolo e um(1) Motorista protocolar.

Em Outubro de 2005 tomou posse o Secretário-Geral do Conselho Constitucional, que exerce o cargo em comissão de serviço.

O início de funções do Secretário-Geral (SG) veio aliviar os Juízes-Conselheiros do exercício de funções administrativas para se ocuparem das suas atribuições

principais e marcou o começo do processo de organização interna. Nesse contexto, o CC definiu como uma das prioridades para 2006, nesta área, a estruturação do Departamento de Administração e Finanças (DAF), em reconhecimento da importância que o departamento tinha para garantir uma regularidade do funcionamento da instituição, em matéria administrativa, financeira e recursos humanos. Foi assim que, em Junho de 2006, o CC recrutou um (1) funcionário sénior para assumir a posição de Chefe do Departamento de Administração e Finanças (DAF), seguido de três (3) técnicos médios profissionais para a repartição da execução do orçamento, contabilidade e recursos humanos, uma (1) assistente para os Venerandos Juizes Conselheiros, uma (1) secretária-particular para o Secretário-Geral e um (1) motorista. Foram efectivamente sete (7) novos ingressos que tiveram lugar em 2006.

Ainda em 2006, o CC lançou um concurso para provimento de outras vagas existentes no seu quadro de pessoal, para as áreas de oficiais de justiça e informática. A conclusão deste processo veio a acontecer em 2007, com o início de funções da Escrivã de Direito Provincial, de um (1) Oficial de Diligências Provincial e de um (1) Técnico de Tecnologias de Informação (Programador).

Entre 2003 e 2007 foram recrutados, no total trinta e um (31) funcionários que prestaram serviço no CC em diversas áreas e condição, quer como trabalhadores eventuais e emprestados de outras instituições (com contratos precários de curta duração) quer como trabalhadores a título permanente (com o vínculo laboral legalizado junto do Tribunal Administrativo).

Com o início de funções dos novos ingressos no DAF, Secretaria, Gabinete Técnico e Secretariado cessaram os contratos de curta duração de quatro (4) trabalhadores

que prestavam serviço nesses sectores, pondo fim a contribuição por eles prestada à instituição, nos momentos iniciais. Com a excepção do primeiro que se encontra na situação de reformado no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, os outros regressaram à proveniência, designadamente, o Tribunal Supremo, a Universidade Eduardo Mondlane e a Assembleia da República.

Entre 2003 e Setembro de 2008 foram expulsos, dois (2) Técnicos de Execução Orçamental na sequência de processos disciplinares instaurados contra eles, devido a práticas violadoras das normas estabelecidas no Estatuto Geral dos Funcionários de Estado (EGFE). Durante o mesmo período, o CC dispensou os serviços de outros dois (2) trabalhadores, designadamente um (1) Técnico de Informática e outro de Execução Orçamental, também pelas razões acima aduzidas.

No ano de 2005, o CC perdeu um motorista protocolar, num acidente de viação, em missão de serviço. Em 2008, o CC perdeu também um colaborador seu (ADC), que embora não fazendo parte do seu quadro de pessoal trabalhou directamente com um Juiz-Conselheiro.

No ano de 2008 o CC lançou um concurso para provimento das vagas disponíveis no seu quadro de pessoal e reforço da capacidade já existente, nas áreas de administração e finanças e secretariado. Assinale-se, também, que das expulsões referidas no parágrafo anterior nasceu a necessidade de substituição do pessoal para o DAF. Como primeira experiência, o CC vai ter no seu quadro de pessoal, um jurista que irá trabalhar no Gabinete Técnico, sob orientação directa dos Juizes-Conselheiros, proporcionando-lhes apoio técnico de que venham a carecer.

Assim, do concurso lançado este ano foram seleccionados sete (7) candidatos para as seguintes vagas:

- ✓ (3) técnicos em administração pública N2 para o DAF;
- ✓ (2) secretárias particulares para os VJC's;
- ✓ (1) copeira;
- ✓ (1) jurista para o Gabinete Técnico.

Logo que os respectivos processos de admissão tiverem sido visados pelo Tribunal Administrativo, estes novos funcionários iniciarão funções. A acontecer ainda este ano, como seria desejável, o número de trabalhadores do CC, entre 2003 e 2008, incluindo os que cessaram funções por diversos motivos e os novos ingressos, seria de trinta e oito (38).

Classificação anual dos funcionários

Uma actividade constante na área dos recursos humanos é a avaliação e classificação anual dos funcionários, na base da qual se procede a sua progressão e promoção nas carreiras profissionais. Esta actividade começou a ser realizada com a regularidade estabelecida no Estatuto Geral dos Funcionários de Estado a partir de 2007.

Recenseamento dos funcionários

No âmbito do recenseamento geral dos funcionários do Estado que decorreu entre Março de 2006 e Maio em 2007, todos os funcionários do CC, incluindo o Presidente e os Juizes-Conselheiros foram abrangidos por este processo.

Formação dos funcionários

Com vista o aumento da capacidade e nível de desempenho dos seus funcionários o CC proporcionou diversas actividades no âmbito da formação durante o período em análise, podendo se destacar as seguintes:

- ✓ Curso sobre a fiscalização prévia de provimento para técnicos do DAF;
- ✓ Curso de aperfeiçoamento dos Juizes-Conselheiros em informática e correio electrónico.
- ✓ Curso de informática para técnicos do DAF e a recepcionista;
- ✓ Curso de francês para o SG (neste momento no 4º nível)
- ✓ Curso de inglês para a SPSG;
- ✓ Curso de ajudante de Escrivão Provincial para a Escrivã;
- ✓ Curso sobre o Protocolo do Estado com a participação de duas funcionárias;
- ✓ Curso-seminário dos correspondentes nacionais dos Conselhos Constitucionais dos Países que tem o Francês como Língua Comum, onde o CC se fez representar por uma funcionária em Estrasburgo, França;
- ✓ Curso na Unidade Funcional de Supervisão das Aquisições sobre a licitação e contrato no âmbito do Decreto nº 54/2005, de 13 Dezembro para 2 técnicos do DAF; 1 Oficial de Diligências e Assistente dos VJCs;
- ✓ Curso em matéria de manuseamento do património do Estado para o pessoal do DAF;
- ✓ Curso em matéria de contratação para o fornecimento de bens e serviços aos diversos Órgãos de Estado, no âmbito do Decreto n.º 54/2005, de 13 de Dezembro.

- ✓ Curso de condução de veículos motorizados para o Oficial de Diligencias
- ✓ Curso sobre tramitação Processual Civil para a Escrivã;
- ✓ Curso de operadores do e-sistafe.

V. ADMINISTRAÇÃO

Nesta área destacamos as actividades importantes que ocorreram em termos de inventariação e seguro dos bens do Conselho Constitucional, a aquisição de equipamento informático, mobiliário, a construção da página do CC na Internet, a afectação dos meios circulantes e a realização de concursos públicos para a contratação de empreitada, aquisição de bens e prestação de serviços ao Estado, no âmbito do Decreto nº 54/2005, de 13 de Dezembro.

Inventário Geral

O processo de inventariação dos bens patrimoniais do Estado afectos ao CC começou a ser feito com regularidade, apenas a partir de 2006, devido ao défice de pessoal capacitado para efectuar tal tarefa, que existia. Com efeito, já existe no CC a capacidade técnica para fazer o inventário, em resultado da participação na formação especializada de funcionários nossos organizada pela Direcção Nacional do Património do Estado.

As instituições do Estado obrigam-se a fornecer à Direcção Nacional do Património, anualmente, um inventário actualizado sobre a sua situação patrimonial.

Não sendo intenção trazer para o documento a lista dos bens existentes no CC, julgamos importante informar que tal pode ser encontrada no DAF.

Seguro

Os bens patrimoniais, desde o edifício, as viaturas protocolares e de afectação pessoal dos membros do Conselho Constitucional e funcionários estão devidamente asseguradas junto da EMOSE. O pagamento do seguro é anual, estando em dia.

Dada a complexidade da gestão de uma carteira de seguros, o CC decidiu contratar os serviços de uma empresa correctora, que em seu nome trata de todas as matérias relacionadas com o seguro. Trata-se da empresa Corretagem Técnica de Seguros Lda., que desempenha tal função sem acarretar custos para o Conselho Constitucional.

Cartões de identificação oficial dos Juizes-Conselheiros, Secretário-Geral, Funcionários e Crachá para os Visitantes do CC.

Todos os Juizes-Conselheiros, incluindo o Presidente do Conselho, o Secretário-Geral e os funcionários possuem os respectivos cartões de identificação. A par disso, o CC emitiu um crachá para os seus visitantes, o que permite distingui-los, claramente, dos funcionários, quando estejam de visita à instituição.

Concursos Públicos

Ao abrigo do Decreto Nº 54/2005, de 13 de Dezembro, que regula a contratação de empreitada, aquisição de bens e prestação de serviços ao Estado, o Conselho Constitucional lançou vários concursos com destaque para os seguintes:

1. Concurso para a execução do projecto de reabilitação, transformação e ampliação do edifício sede do Conselho Constitucional.
2. Concurso para contratação de serviços de limpeza;
3. Concurso para fornecimento de géneros alimentícios;

4. Concurso para fornecimento de material de escritório;
5. Concurso para o fornecimento de material informático;
6. Concurso para o fornecimento e montagem de persianas e cortinado;
7. Concurso para o fornecimento de mobiliário de escritório.
8. Concurso para fornecimento de prateleiras para a Casa Forte (Cofre) e o Armazém
9. Concurso para a montagem da Biblioteca

De todos estes concursos destaque vai para o primeiro, não só pelo valor do seu objecto, mas também pelo simbolismo histórico que a reabilitação, ampliação e construção de um edifício para o Conselho Constitucional tem para a instituição. Deste modo, em Março de 2006, o CC assinou com a Firma de Consultoria José Forjaz. Arquitectos, Lda., um contrato de prestação de serviços de consultoria para elaboração do projecto de execução para a reabilitação, transformação e ampliação da sua sede. O contrato em alusão recebeu visto do Tribunal Administrativo, em Maio de 2006.

Em Novembro de 2006, o CC assinou o contrato de empreitada com a empresa vencedora do respectivo concurso de empreitada, a S&B Construções (Moçambique), Lda., o qual foi visado pelo Tribunal Administrativo, em tempo útil, para se proceder a entrega da obra ao empreiteiro, ainda nesse ano.

Com efeito, no dia 14 de Dezembro de 2006, procedemos a entrega formal do edifício ao empreiteiro. As obras iniciaram no dia 09 de Janeiro de 2007 e tiveram uma duração de nove (9) meses, tendo-nos sido entregue em Setembro do mesmo ano.

Durante a execução do projecto, o CC mudou-se para as instalações provisórias, situadas na Avenida Julius Nyerere, nº4, no mês de Novembro, num processo que decorreu sem grandes sobressaltos.

O edifício remodelado foi oficialmente inaugurado por Sua Excelência Armando Emílio Guebuza, Presidente da República, no dia 17 de Novembro de 2007. À margem da cerimónia de inauguração, Sua Excelência o Presidente da República aceitou posar para uma fotografia com todos os membros do Conselho Constitucional.

O CC julga importante realçar a colaboração do Ministério das Finanças que teve de oferecer garantias de incremento na dotação orçamental de investimento do CC de modo a permitir a execução do projecto, sem o qual não teria sido possível a sua conclusão.

O objecto dos restantes concursos acima mencionados foi também executado.

Afectação de meios circulantes (viaturas e motorizadas)

Durante o período em análise, o Património do Estado afectou ao CC, sete viaturas para uso pessoal do Venerando Presidente e os Juizes-Conselheiros, bem como uma de afectação pessoal para o Secretário-Geral.

Em coordenação com o Ministério das Finanças, o CC comprou este ano um minibus para o transporte dos funcionários do CC e uma viatura de serviço para o Chefe do DAF, bem como uma motorizada para o serviço de expediente processual, da Secretaria. Ela é normalmente conduzida pelo Oficial de Diligencias.

Portal do CC na Internet

Em 2006, o CC engajou os serviços de consultoria do Centro de Informática da Universidade Eduardo Mondlane para a concepção de um portal do CC na Internet. Os serviços foram prestados e a página do CC na Internet lançada ao ar em 2007, na qual constam, entre outras coisas, as decisões do Conselho Constitucional. É o seguinte o endereço da página: www.cconstitucional.org.mz .

Inspecção Administrativa ao CC.

Em 2007, o CC foi objecto de uma inspecção regular pelo Tribunal Administrativo no decurso do mês de Junho, tendo o respectivo relatório das constatações submetido ao CC em 3 de Março de 2008. A inspecção recaiu sobre a conta de gerência do ano de 2006. O CC teve de responder às questões e constatações efectuadas e submete-las ao Tribunal Administrativo até dia 03 de Abril de 2008, prazo que foi respeitado.

Publicação da colectânea de Acórdãos e Deliberações do CC

O CC iniciou a publicação das suas decisões, em formato de colectânea, em 2007. Com efeito, o primeiro volume desta colectânea contendo as Deliberações e Acórdãos do CC, produzidas entre 2003-2006 foi feita no dia 11 de Setembro de 2007, em parceria com o Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ), que por sua vez contou com o apoio financeiro da DANIDA.

Ainda em 2008, mais provavelmente em princípios de Novembro, o CC espera proceder ao lançamento do 2º volume da colectânea de Acórdãos e Deliberações referentes ao ano de 2007, de novo em parceria com o Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ) e de outros parceiros.

Estas publicações encontram-se a venda nas principais livrarias de Maputo.

Alem destas publicações, os Acórdãos e Deliberações do CC podem ser encontrados no site do Supremo Tribunal Federal do Brasil, a par de outras produções jurisprudências dos tribunais e conselhos constitucionais da CPLP.

Aquisição de livros para a Biblioteca

Como politica da instituição, o CC adquire regularmente livros sobre Direito e outras matérias que têm relação com o trabalho que realiza. Assim e para citar algumas dessas aquisições, o CC comprou durante a visita à Espanha realizada em 2007, cinquenta e um (51) livros para a biblioteca.

VI. FINANÇAS

Durante o período em análise, o CC teve dotações e execuções orçamentais que mostram uma tendência de crescimento anual assinalável, fruto do crescimento da própria instituição. De uma forma resumida apresentamos a seguir as dotações orçamentais feitas ao Conselho Constitucionais entre 2003 e 2008, nas duas grandes componentes, a do funcionamento e investimento, que incluem salários e remunerações.

2003

Nos dois meses de funcionamento do Conselho Constitucional em 2003 (Novembro e Dezembro), o seu orçamento foi gerido no Ministério da Justiça. Dados existentes indicam que foram afectos recursos financeiros como abaixo se discriminam:

Em resumo

Despesas de Funcionamento: 2.700,00 (milhões de meticais)

Despesas de Investimento: 3.000,00 (milhões de meticaís)

Total: 5.700,00 (milhões de meticaís).

Nível de execução orçamental: 33%

2004

O orçamento global disponibilizado ao CC para 2004 foi de 19.230,00 (milhões de meticaís) sendo MZM 16.530,00. referentes as despesas de funcionamento e MZM 2.700,00 de investimento.

Em resumo

Despesas de Funcionamento: 16.530,00 (milhões de meticaís)

Despesas de Investimento: 2.700,00 (milhões de meticaís)

Total: 19.230,00, (milhões de meticaís)

Nível de execução orçamental: 43%

2005

O orçamento global disponibilizado ao CC para 2005 foi de 30.186,00 (milhões de meticaís), sendo MZM 28.588,00 referentes as despesas de funcionamento e 1.598,00 MZM de investimento.

Em resumo

Despesas de Funcionamento: 28.588,00 (milhões de meticaís)

Despesas de Investimento: 1.598,00 (milhões de meticaís)

Total: 30.186,00 (milhões de meticaís)

O nível de execução orçamental foi de 55%.

2006

O orçamento global disponibilizado ao Conselho Constitucional para o ano de 2006 foi de 45.678,17 Mtn, sendo 30.631,77 para as despesas de funcionamento e 15.046,40 Mtn de investimento.

Em resumo:

Despesas de Funcionamento: 30.631,77 (milhões de meticais)

Despesas de Investimento: 15.046,40 (milhões de meticais)

Total: 45.678,17 (milhões de meticais)

Nível de execução orçamental: 83%

2007

O orçamento global disponibilizado ao CC para 2007 foi de MZM54.233,34 sendo MZM33.000,91. referentes as despesas de funcionamento e MZM 21.232,43 de investimento. Refira-se que este incremento no orçamento de investimento deveu-se ao reforço efectuado pelo Estado para a execução do projecto de reabilitação do edifício.

O ano de 2007 na área financeira foi marcado pela introdução do método de pagamento via directa, desde o mês de Setembro último, o que veio reduzir a quantidade de papeis de trabalho manual necessários na resolução de assuntos de finanças, ao preconizar-se a prestação de contas de forma electrónica.

Em resumo

Despesas de Funcionamento:33.000,91 (milhões de meticais)

Despesas de Investimento: 21.232,43 (milhões de meticais)

Total:54.233,34 (milhões de meticais)

Nível de execução orçamental: 84%

2008

O orçamento global disponibilizado ao CC para 2008 foi de MZM 37.064.43 sendo MZM 31.594.43 referentes as despesas de funcionamento e MZM5.470,00 de investimento.

Até ao mês de Setembro, o CC gastou do seu orçamento de funcionamento o valor de 22.248.945,22 MT para o pagamento de Salários e Remunerações, Outras Despesas com Pessoal, Bens e Serviços e Transferências a Organismos Internacionais Sectoriais.

A execução financeira respeitante ao período em alusão corresponde a 71%, para o orçamento de funcionamento e 50% para o orçamento de Investimento, não havendo nenhum saldo credor aos fornecedores e fornecedores de serviços. Na rubrica outras despesas com o Pessoal havia um défice, contudo foi resolvido através do pedido de reforço, ora disponibilizado e estando já em execução.

Em resumo

Despesas de Funcionamento: 31.594.43(milhões de meticais)

Despesas de Investimento: 5.470,00 (milhões de meticais)

Total: 37.064.43 (milhões de meticais)

Nível de execução orçamental até ao mês de Setembro: 68%

VII. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

No âmbito da Cooperação Internacional e no quadro das suas relações multilaterais o CC é membro de pleno direito da Associação dos Conselhos Constitucionais que partilham a Língua Francesa (ACCPUF), desde 2006. Nessa qualidade tem participado nas actividades desta organização, com regularidade.

De igual modo, o CC participa, com grande interesse, nas actividades da Associação Internacional de Direito Constitucional (AIDC) e da Associação Africana de Direito Constitucional, nos Encontros das Cortes Supremas do MERCOSUL, nos seminários regionais da Fundação Adenauer e da Fundação Friedrich Ebert, nos Fóruns da Comissão de Veneza para cuja base de dados são também enviados dados das jurisprudências constitucionais CÓDICES desenvolvida por esta Comissão, em associação com a ACCPUF.

Em geral, o CC participa nas actividades de outras associações que desenvolvem trabalho na área do Direito, especialmente Direito Constitucional.

Ainda no quadro das relações multilaterais, o CC tem participado através dos seus funcionários, em cursos de formação e reciclagem organizados por diversas instituições, como é o caso dos que são regularmente organizados pela ACCPUF, para os Pontos Nacionais de Contacto.

No quadro das relações bilaterais, o CC mantém e desenvolve boas relações de trabalho com instituições congéneres, como é o caso dos Tribunais Constitucionais da França, Espanha e Portugal, do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, ambos do Brasil.

Durante o encontro de cortesia de Sexa PCC com o Presidente do Tribunal Constitucional Português, à margem das celebrações das bodas de ouro deste Tribunal, em Lisboa, em 2008, as autoridades portuguesas anunciaram uma oferta de livros para o CC, os quais já foram recebidos neste Conselho Constitucional.

VIII. OUTRAS ACTIVIDADES

Audiências e visitas

No âmbito das suas actividades, o CC tem concedido audiências e recebido visitas de diversas personalidades nacionais e estrangeiras, durante as quais discute assuntos de interesse comum.

Seminários

No âmbito da divulgação da jurisdição constitucional, o Conselho Constitucional organiza desde 2006 seminários em parceria com instituições de ensino de Direito, em Moçambique, onde são apresentados e debatidos vários temas na área jurídico-constitucional, eleitoral e político. Assim, de 2006 a Setembro de 2008 o CC organizou cinco (5) seminários, nas cidades de Maputo, Nampula, Quelimane e Beira e na província de Maputo, respectivamente.

O seminário da província de Maputo realizado no dia 9 de Outubro de 2008, em parceria com o Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ), na Matola, marcou o fim de um ciclo de seminários de divulgação da jurisdição constitucional dos primeiros cinco(5) anos de funcionamento do CC.

Relacionamento com outras instituições

No âmbito das suas competências, o Conselho Constitucional mantém e desenvolve relações multifacetadas e os diversos níveis com outras instituições, participando nas actividades dessas organizações. Assim, ao longo do período em análise, o CC fez acompanhamento de algumas sessões da Comissão dos Assuntos Jurídicos, Direitos Humanos e de Legalidade (CAJDHL) da Assembleia da República, aquando da discussão da nova Lei Orgânica do Conselho Constitucional (LOCC).

O Conselho Constitucional manteve vários encontros com a Direcção Nacional do Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação para discussão de aspectos protocolares relativos a participação dos membros do CC, em eventos de Estado e outros, bem como sobre aspectos relacionados com a sua cooperação internacional do CC.

O CC mantém contactos regulares com o Ministério da Justiça com o objectivo principal de contribuir para questões de interesse comum, como foi o caso da discussão do documento sobre a *Visão da Justiça em Moçambique*, em que o CC foi solicitado a dar as suas contribuições.

Reunião anual do Presidente do CC com os funcionários

O Presidente do Conselho Constitucional realiza em Dezembro de cada ano, uma reunião com todos os funcionários da instituição. Nessas reuniões, o Secretariado-Geral apresenta um relatório das actividades desenvolvidas ao longo do ano, dando conta das dificuldades e sucessos alcançados e perspectivas para o ano seguinte.

O Presidente do CC aproveita estas reuniões para se dirigir aos funcionários, fazendo uma avaliação do trabalho por eles desenvolvido ao longo do ano e deixando instruções sobre vários aspectos da vida da instituição que considere pertinente. Estes encontros do fim do ano servem também para a confraternização entre o Presidente, Juizes-Conselheiros, Secretário-Geral e todos os funcionários do Conselho Constitucional, bem como para a tradicional saudação pelo dia da Família e festas do fim do ano.

Colectivo do Secretário-Geral

O Colectivo do Secretário-Geral reúne-se ordinariamente uma vez por semana, às quartas-feiras, e extraordinariamente, sempre que necessário. O colectivo discute a operacionalização das decisões emanadas das sessões plenárias do CC, que normalmente se realizam as terças-feiras e toma decisões e recomendações sobre a gestão quotidiana do CC.

Uma vez por trimestre o Secretário-Geral reúne-se com todos os funcionários do CC para tomar conhecimento das suas preocupações, transmitir informações e decisões superiores sobre o funcionamento do CC.

Secretaria

É a secção responsável pela tramitação dos processos. Esta secção, desde 2003 até ao primeiro semestre de 2007, funcionava com um trabalhador em regime de avença. Com o crescimento da instituição, houve necessidade de recrutar pessoal para executar exclusivamente essas tarefas. Foi nestes termos que se lançou um concurso para o recrutamento do pessoal, cujas funções iniciaram em Julho de 2007. A Secretaria funciona com 2 funcionários, nomeadamente, a Escrivã de Direito e o Oficial de Diligências.

Após o início do seu funcionamento, a Secretaria começou por registar os processos entrados em 2003 até 2008, em livro próprio, o que permitiu conhecer o número de processos entrados por cada ano e a respectiva totalidade, como constam dos mapas por ela preparados.

Por decisão do Presidente do Conselho Constitucional, a Escrivã passou a assistir as Sessões do CC como forma de acompanhar o andamento dos processos e

secretariar as sessões, para posterior elaboração das fichas das decisões e respectivas sínteses.

Participação em eventos

O CC representado a diversos níveis teve a participação em muitos eventos, com destaque para os seguintes:

- ✓ Cerimónia de abertura do Fórum dos Presidentes dos Supremos Tribunais da CPLP, no Centro de Conferências Joaquim Chispano, em Agosto de 2006.
- ✓ Seminário sobre a reflexão da Implementação do Mecanismo Africano de Revisão de Pares, em Moçambique, no dia 20 de Agosto de 2007.
- ✓ V Reunião Anual de Balanço, de 7 a 9 de Fevereiro de 2007, moderada pelo PCC no Centro de Formação Jurídica e Judiciária, CFJJ.
- ✓ Oficialização da Formalização do Fórum Anti-Corrupção.
- ✓ Palestra sobre inconstitucionalidade por omissão, a convite da Faculdade de Direito, proferida pelo Prof. Doutor Jorge Miranda.
- ✓ Lançamento do livro “50 anos de Jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal Alemão”, no Hotel VIP, em Maputo.
- ✓ Cerimónia de Jubilação de Juízes no Centro de Conferências Joaquim Chissano, no dia 28 de Setembro de 2007.
- ✓ Cerimónias de reversão da barragem da Cahora Bassa para Moçambique.
- ✓ 1º Conselho Superior da Função Pública cujo o objectivo era avaliação que cada Ministério fez nos vários itens que integram a função pública, como por exemplo, a progressão, a promoção no âmbito da reforma do sector público.
- ✓ Lançamento dos Livros “ Transmissão da Empresa à luz da Lei de Trabalho Moçambicana” e “A Rescisão Unilateral do Contrato de Trabalho com justa causa” no dia 21 de Março de 2007, na Aula Magna da Faculdade de Medicina.

- ✓ Palestra subordinada aos temas “ Contrato Internacional de Empreendimento Comum (Joint Venture) ” e “ Inconstitucionalidade por Omissão”.
- ✓ Seminário dos correspondentes nacionais dos Conselhos Constitucionais dos países que tem o Francês como língua comum, onde o CC se fez representar por uma funcionária em Estrasburgo, França.
- ✓ Fórum Pan Africano subordinado ao Tema: Capacitação Institucional, realizado no CCJC no dia 1 de Agosto de 2007.
- ✓ Reunião de harmonização das propostas do Plano Económico e Social (PES) e Orçamento de Estado (OE) para 2008. o encontro teve lugar na sala de reuniões do Ministério da Justiça.

Equipa de futebol

No quadro da promoção da cultura e prática de desporto nas instituições, o CC criou uma equipa de futebol que tem dado o seu contributo no estreitamento de relações com outros Órgãos e instituições congéneres nacionais. A equipa “Rei” participou em diversos torneios e já trouxe 3 troféus para o CC, relativos a sua participação no torneio 25 de Junho, participação no campeonato 2007/2008 e no torneio 5 de Novembro, dia da Legalidade.

Considerações Finais e Conclusão

Os dados fornecidos no presente relatório permitem dar uma ideia da trajectória evolutiva deste órgão novo do Estado que ainda está na sua fase de consolidação. A trajectória de cinco (5) anos mostra não ser fácil a sua implantação, mas fruto do apoio e colaboração que tem recebido dos diversos órgãos do Estado, tem sido possível para o CC encontrar o seu lugar no conjunto dos órgãos de soberania, com responsabilidades específicas no quadro da edificação de um Estado de Direito.

Maputo, Outubro de 2008

Em anexo:

1. Organograma do CC
2. Gráfico de dotações orçamentais de 2003 a 2008 (funcionamento)
3. Gráfico de dotações orçamentais de 2003 a 2008 (investimento)
4. Gráfico de execução global dos orçamentos de funcionamento e investimento
5. Gráfico do pessoal admitido de 2003 a 2007